

JOSIANE ARAÚJO GOMES

Mestre em Direito Público pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Especialista em Direito das Famílias pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Especialista em Gestão Pública em Saúde pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Servidora do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais (TJMG).

CONTRATOS DE PLANOS DE SAÚDE

4ª EDIÇÃO


EDITORA MIZUNO
QUALIDADE E SERIEDADE EM LIVROS

Contratos de Planos de Saúde - 4ª Edição

© Josiane Araújo Gomes

EDITORA MIZUNO 2024

Revisão: Eliane Chainça

Revisão Técnica: Josiane Araújo Gomes

Catalogação na publicação Elaborada por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166	
G633c	Gomes, Josiane Araújo. Contratos de planos de saúde / Josiane Araújo Gomes. – 4. ed. – Leme-SP: Mizuno, 2024. 560 p.; 17 X 24 cm ISBN 978-65-5526-863-8 1. Planos de saúde. I. Gomes, Josiane Araújo. II. Título. CDD 353.6
Índice para catálogo sistemático I. Planos de saúde	

Nos termos da lei que resguarda os direitos autorais, é expressamente proibida a reprodução total ou parcial destes textos, inclusive a produção de apostilas, de qualquer forma ou por qualquer meio, eletrônico ou mecânico, inclusive através de processos xerográficos, reprográficos, de fotocópia ou gravação.

Qualquer reprodução, mesmo que não idêntica a este material, mas que caracterize similaridade confirmada judicialmente, também sujeitará seu responsável às sanções da legislação em vigor.

A violação dos direitos autorais caracteriza-se como crime incurso no art. 184 do Código Penal, assim como na Lei n. 9.610, de 19.02.1998.

O conteúdo da obra é de responsabilidade dos autores. Desta forma, quaisquer medidas judiciais ou extrajudiciais concementes ao conteúdo serão de inteira responsabilidade dos autores.

Todos os direitos desta edição reservados à

EDITORA MIZUNO

Rua Benedito Zacariotto, 172 - Parque Alto das Palmeiras, Leme - SP, 13614-460

Correspondência: Av. 29 de Agosto, nº 90, Caixa Postal 501 - Centro, Leme - SP, 13610-210

Fone/Fax: (0XX19) 3571-0420

Visite nosso site: www.editoramizuno.com.br

e-mail: atendimento@editoramizuno.com.br

Impresso no Brasil

Printed in Brazil

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1

Direito Fundamental à Saúde na Ordem Jurídica Pátria.....	35
1.1 Precedentes dos direitos fundamentais: a internacionalização dos direitos humanos	35
1.1.1 Antecedentes históricos dos direitos humanos	37
1.1.2 Fase inicial da internacionalização dos direitos humanos	42
1.1.3 Internacionalização dos direitos humanos após a Segunda Guerra Mundial	44
1.2 Da institucionalização dos direitos fundamentais no Brasil	48
1.3 Saúde: direito fundamental por excelência	52
1.3.1 Delimitação conceitual da saúde	52
1.3.2 Do direito à saúde como direito fundamental na Constituição Federal de 1988	58
1.4 Direito à saúde e sua natureza social: a instituição da saúde privada	61
1.4.1 Classificação dos direitos fundamentais em face de sua multifuncionalidade	62
1.4.2 Direito social à saúde e planos privados de assistência à saúde	65

CAPÍTULO 2

Contratos de Assistência Privada à Saúde	77
2.1 Desenvolvimento normativo dos contratos de assistência privada à saúde	78
2.1.1 Dos contratos de assistência privada à saúde antes da Constituição Federal de 1988....	78
2.1.2 Do período entre a promulgação da Constituição Federal de 1988 e a edição da Lei nº 9.656/98: incidência do Código de Defesa do Consumidor	82
2.1.3 Dos contratos de plano de saúde após a edição da Lei nº 9.656/98 e a situação normativa atual ..	87
2.2 Do diálogo das fontes no âmbito da saúde privada	92
2.2.1 Da teoria do diálogo das fontes	95
2.2.2 Contratos de planos de saúde e diálogo das fontes	98
2.3 Conceito e espécies de planos privados de assistência à saúde	105
2.3.1 Quanto ao momento da contratação	106
2.3.2 Quanto ao regime da contratação	110
2.3.3 Quanto à cobertura assistencial contratada	117
2.4 Operadoras que podem ofertar planos de saúde	120
2.4.1 Administradora de benefícios	121
2.4.2 Cooperativa médica e odontológica	124
2.4.3 Autogestão	127

2.4.4 Medicina ou odontologia em grupo	129
2.4.5 Filantropia.....	130
2.4.6 Seguradora especializada em saúde	130
2.5 Conteúdo dos contratos de plano de saúde.....	131
2.5.1 Efeitos do modelo de contratação por adesão	131
2.5.2 Análise das cláusulas contratuais obrigatórias	137
2.6 Contratos de assistência privada à saúde e socialização do Direito Contratual: aspectos de ponderação e otimização	155
2.6.1 Da evolução principiológica da teoria contratual	156
2.6.2 Dos reflexos da teoria contratual social nos contratos de plano de saúde	166

CAPÍTULO 3

Intervenção Judicial nos Contratos de Assistência Privada à Saúde.....	173
3.1 Da eficácia horizontal do direito fundamental à saúde.....	174
3.1.1 Eficácia horizontal dos direitos fundamentais	177
3.1.2 Eficácia do direito fundamental à saúde nos contratos de plano de saúde	181
3.2 Neoprocessualismo e o papel do Poder Judiciário na concretização dos direitos fundamentais	186
3.3 Cláusulas restritivas de direitos e abusividade: a proteção das legítimas expectativas dos usuários	196
3.4 Aspectos pontuais relativos à proteção do usuário de planos de saúde	204
3.4.1 Extensão e limites da cobertura contratual	206
a) Do tratamento clínico ou cirúrgico experimental e do fornecimento de medicamentos importados não nacionalizados	215
a.1) Cobertura de uso <i>off label</i> de medicamentos com registro na ANVISA.....	216
a.2) Tratamento médico que emprega medicamento sem registro no país, produzido ou não no território nacional	225
a.3) Tratamento considerado experimental pelo Conselho Federal de Medicina (CFM) ou pelo Conselho Federal de Odontologia (CFO)	231
b) Dos procedimentos e tratamentos para fins estéticos	233
c) Da inseminação artificial	240
d) Do fornecimento de medicamentos para tratamento domiciliar	250
e) Do fornecimento de próteses, órteses e seus acessórios não ligados ao ato cirúrgico	254
f) Dos tratamentos ilícitos ou antiéticos, assim definidos sob o aspecto médico, ou não reconhecidos pelas autoridades competentes.....	258
g) Dos casos de cataclismos, guerras e comoções internas, quando declarados pela autoridade competente	260
3.4.2 Planos de saúde e o rol de procedimentos da ANS: natureza taxativa ou exemplificativa?..	263
3.4.3 Rol de doenças da CID/OMS: cobertura obrigatória pelo plano de saúde	281
3.4.4 Problemática das doenças preexistentes	288
3.4.5 Limitação de prazo de internação	296
3.4.6 Regramento das carências	302

a) Atendimentos de urgência e de emergência e o período de carência.....	305
b) Vedação à recontagem de carências.....	311
3.4.7 Qualidade da rede de prestadores de serviços médicos e o atendimento por profissionais não credenciados.....	316
3.4.8 Hipóteses de rescisão contratual	335
a) Da possibilidade de rescisão unilateral do contrato de plano de saúde	336
b) Dos efeitos do inadimplemento pelos usuários e a possibilidade de resolução contratual	343
3.4.9 D-ireito do ex-empregado demitido ou aposentado de manter a sua condição de beneficiário do plano de saúde.....	351
3.4.10 Manutenção da qualidade de beneficiário durante o período de suspensão do contrato de trabalho	364
3.4.11 Situação dos dependentes na hipótese de morte do titular do contrato	369
3.4.12 Situação do cônjuge dependente do plano de saúde na hipótese de divórcio	373
3.4.13 Reajuste: valores e hipóteses de incidência	380
a) Reajuste em razão do aumento dos custos operacionais	384
b) Reajuste em razão da mudança de faixa etária do usuário.....	390
c) Reajuste em razão de revisão técnica e/ou em razão do aumento da sinistralidade	401
3.4.14 Plano de Saúde com Coparticipação.....	405
3.4.15 Internação em regime <i>home care</i>	413
3.4.16 Cobertura dos procedimentos de transplante	420
3.4.17 Cobertura dos tratamentos voltados às pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA) ..	427
3.4.18 Transexualidade, cirurgia de transgenitalização e os planos de saúde.....	443
3.4.19 Responsabilidade civil das operadoras de plano de saúde	455
3.4.20 Responsabilidade civil das administradoras de benefícios.....	477
3.4.21 Ressarcimento ao SUS pelas operadoras de plano de saúde.....	485
3.4.22 Do cabimento de tutela sumária satisfativa nas ações judiciais propostas em desfavor das operadoras de plano de saúde.....	493
a) Breves considerações acerca do instituto processual da tutela sumária satisfativa	493
a.1) Da tutela antecipada no Código de Processo Civil de 1973 (Lei nº 5.869/73)	495
a.2) Das tutelas de urgência e de evidência no Novo Código de Processo Civil (Lei nº 13.105/15).....	497
b) Da concessão de tutela sumária satisfativa nas ações judiciais propostas pelos usuários em desfavor das operadoras	504
3.4.23 Impactos da Pandemia do Coronavírus (Covid-19) nos Contratos de Plano de Saúde ...	512
3.5 Intervenção judicial nos contratos de assistência privada à saúde: meio legítimo para a efetivação do direito à saúde no mercado de saúde suplementar	530
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	537
REFERÊNCIAS.....	541
INSTRUÇÕES PARA ACESSO AO CONTEÚDO ON-LINE DESTA LIVRO	560